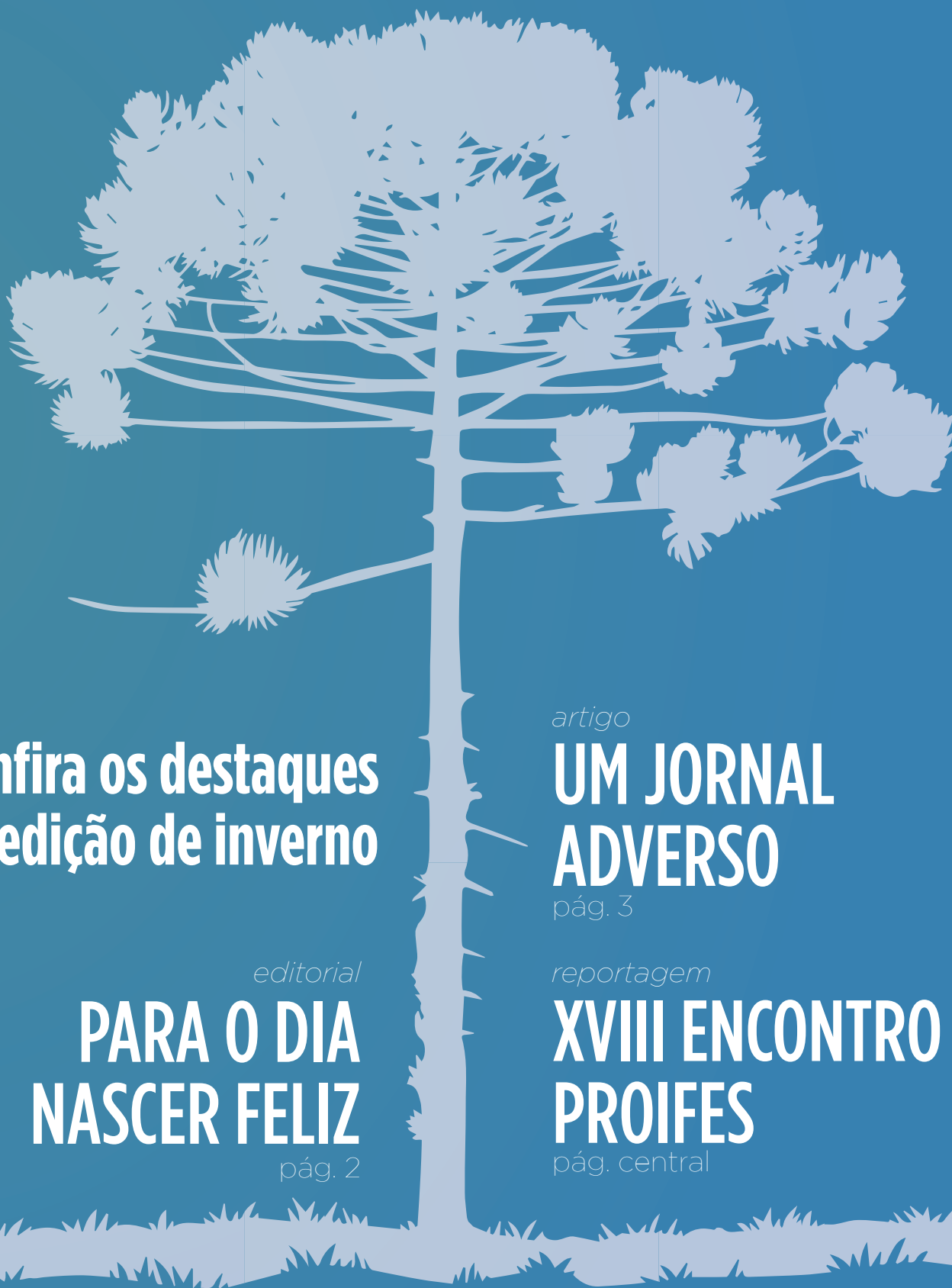


Edição Inverno 2022 - Junho, Julho, Agosto

AD **Jornal Adverso**



**Confira os destaques
da edição de inverno**

editorial

**PARA O DIA
NASCER FELIZ**

pág. 2

artigo

**UM JORNAL
ADVERSO**

pág. 3

reportagem

**XVIII ENCONTRO
PROIFES**

pág. central

EDITORIAL

PARA O DIA NASCER FELIZ

Democracia, Liberdade e Paz são valores universais. Estes valores se materializam quando vivemos com segurança, sem o temor de sair e não voltar. Com a certeza de que a vida importa e que nossos governantes, eleitos para isso, serão regidos por esses valores.

Se reafirmam quando temos alimentação, habitação, educação, assistência à saúde, emprego, lazer, segurança como direitos fundamentais, configurando a cidadania conforme previsto na constituição brasileira.

Quando um governante trai esses valores, frustra toda uma nação, independente do voto de cada um. Vivemos esse momento trágico. Alguém eleito para governar o país se apresenta como inimigo da vida, colocando-se contra a vacinação para o enfrentamento da Covid-19, contra a segurança, pregando a violência. Um governo que desrespeita a liberdade quando dissemina mentiras, afronta a democracia quando prega a ruptura constitucional defendendo um golpe e destrutura as instituições da nação quando tenta envolver as forças armadas na sua aventura.

Um governo que isola o país internacionalmente, que com suas políticas econômicas mantém o desemprego em índices alarmantes, patrocina o crescimento da miséria ultrapassando 30 milhões de brasileiros vivendo em extrema pobreza. As reformas promovidas pelo atual governo levaram ao crescimento da informalidade no trabalho, quando o trabalhador perde o direito à aposentadoria. A reforma da previdência levou milhares de aposentados a uma situação de indigência.

Mais de 670 mil brasileiros morreram por decorrência da Covid-19. Grande parte dessas mortes poderiam ter sido evitadas, porém o governo resolveu se colocar contra as medidas sanitárias requeridas. Colocou-se contra o afastamento social, contra o uso de máscara e contra a vacinação.

A renda média do brasileiro vem perdendo o poder de compra caindo 8,9% em 2022. Os salários dos servidores públicos federais estão congelados há 5 anos. O salário-mínimo, desde 2019, deixou de ter ganho real, e hoje seu valor sequer é capaz de garantir a cesta básica. Sistemáticamente o governo vem cortando recursos para a educação e para as ciências. O Brasil caiu no obscurantismo.

Há urgência para retornarmos à civilização. Não temos mais tempo. A hora é agora.

Negar a violência sobre qualquer das suas formas. Rejeitar as provocações e as mentiras. Reforçar a democracia, garantir nas urnas a eleição de governadores, senadores, deputados federais e estaduais e presidente da república comprometidos com a Liberdade, Democracia e Paz, estas são nossas tarefas mais urgentes.

EXPEDIENTE



Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira
Presidente

Darci Barnech Campani
Vice-Presidente

Luciana Boose Pinheiro
1ª Secretária

Sondre Alberto Schneck (lincenciado)
2º Secr. e Dir. Social e Cultural

Eduardo Rolim de Oliveira
1º Tesoureiro

Eduardo de Oliveira da Silva (licenciado)
2º Tes. e Dir. de Assuntos Jurídicos

César Bastos de Mattos Vieira
Dir. Assuntos da Carreira do MS

Maria de Lourdes Ilha Gomes
Dirª Assuntos da Carreira do EBTT

Sônia Mara Ogiba
Diretora de Comunicação

José Vicente Tavares dos Santos
Licenciado

Jairo Alfredo Genz Bolter
Diretor de Relações Sindicais

Núcleo de Comunicação ADUFRGS-Sindical

Rua Barão do Amazonas, 1581 | Jardim Botânico - Porto Alegre/RS | (51) 3228-1188

adufgrs@adufgrs.org.br

Publicação – Trimestral
Tiragem – 3.000 exemplares

Projeto Gráfico – Dableo Comunicação
Diagramação – Ruan Ambros

JURÍDICO



CHUY
ADVOCACIA

BORDAS
Advogados Associados

Atendimentos todas as quintas-feiras,
das 14h às 18h.
Av. Sen. Tarso Dutra, 161 - sala 301

Atendimentos todas as quartas-feiras,
das 09h às 12h, na sede da rua Barão do
Amazonas, 1581.
Agende pelo telefone: (51) 3228-1188

CHARGE



CANAIS ADUFRGS



ADUFRGS-Sindical
/AdufgrsSindical



Adufgrs-Sindical
@adufgrssindical



Adufgrs-Sindical
@adufgrssindical



Adufgrs
/CanalADUFRGS



PODCAST
ADUFRGS-Sindical

UM JORNAL ADVERSO

Como muitas coisas importantes na vida, o nome foi escolhido depois de umas garrafas de vinho. “Se fosse uísque seria mais rápido!”, comentou Sérgio Jockyman, que gostou do projeto e assinou um artigo sobre o teatro gaúcho num dos primeiros números. O vinho inspirador também mereceu um artigo, do Prof. Carlos Eugenio Daudt, da UFSM, especialista em enologia, que chegou a estranhar o pedido, “vindo de um jornal sindical”.

A ideia era justamente não fazer mais um jornal sindical, e sim um jornal através do qual os professores pudessem se comunicar com a sociedade. “Nada de propagandar o longo passado de lutas que temos pela frente!”, ironizávamos entre um e outro gole, e sim buscar uma forma de comunicação com a opinião pública culta! Sim, numa discussão que se estendeu pela madrugada, Russell – e não só ele! – fazia uma agradável companhia a Baco.

Nomes, já disse Platão no “Crátilo”(fomos longe!) não são coisas simples. Teríamos que expressar a essência da coisa, e a essência a ser buscada era a crítica. “Crítica” seria um nome óbvio, mas com pouco sex appeal. A mim me agradava o nome de uma revista argentina, “Crisis”. Além de ter uma pegada universal (os admiráveis argentinos...), tinha relação com a conjuntura que estávamos vivendo lá pelos meados dos anos 1990: de um lado, o otimismo do período pós-Constituinte, com a forte presença dos movimentos sociais na cena política; de outro, uma intuição de que a coisa toda talvez não fosse dar muito certo. Aliás, em 1995 a ADUFRGS já havia promovido um seminário sob um título algo provocativo: “Um projeto político democrático e popular é possível?”. Com a participação de intelectuais e sindicalistas de vários países, discutiu-se justamente os processos de transição política e suas fragilidades decorrentes da ausência de uma opinião pública autônoma e independente nos períodos pós-transição.

Ora, uma opinião pública autônoma imprescinde do debate público organizado, da expressão de ideias que não sejam apenas a manifestação crua de interesses mais ou menos particularistas, sejam eles quais forem. Imprescinde, em última análise, da exposição pública dos agentes sociais e políticos, e para isto instituições como uma imprensa livre e uma Universidade autônoma são fundamentais. Estruturantes, por assim dizer. Certo, temos dificuldades para imaginar isto fora das abstrações das teorias da comunicação, faltos que somos de experiências concretas neste sentido. Tão faltos, que assistimos passivos à desestruturação de um universo comunicacional que já foi um dos mais vivos do país, hoje dominado pelo pentecostalismo e pela mediocridade. Vencidos, creditamos à força inovadora das “redes”...

Assim que “Crisis” poderia ser um bom nome, salvo o fato de que seria uma cópia – ainda que copiar os argentinos tenha o seu valor. Volvemos, pois, ao ponto de partida: a responsabilidade pública de uma associação de docentes.

Quando ainda não éramos legalmente um sindicato, identificávamo-nos pela sigla “AD”. O movimento docente era estruturado pelas “ADs”, assim, no plural, embora saibamos que seja um erro mencionar siglas no plural, ainda mais acrescentando um “s” minúsculo no final, o que nem chega a ser um barbarismo tão grande comparado a algumas coisas que andam por aí.

Mas, até então, certamente nenhum militante do movimento docente havia relacionado nossas “AD” com o prefixo de origem latina que significa *movimento, direção, sen-*

tido! Ora, se queríamos um nome que expressasse o que os docentes teriam a dizer sobre sua cidade, seu estado, seu país, o mundo enfim, queríamos um suporte para o seu *discurso*, que é também um *verso*, que por sua vez também significa o *lado contrário*, a *face oposta à da frente* – enfim, aquilo que se opõe à evidência, tão frequentemente enganosa, e que nós, professores e pessoas da ciência, vivemos à busca.

Bingo! O jornal seria um jornal adverso, com uma grafia que permitisse todas as leituras – “discurso da AD”, “verso dos professores”, que, tal como na canção, só pode ser “em busca do lado contrário do asfalto e do lado contrário da dor” (enfim, uma dialética infernal!) – e assim os professores da UFRGS poderiam dizer, como o poeta, que têm apenas duas mãos e o sentimento do mundo!

Quando a ideia surgiu, foi assim, rápido! In vino veritas!

Depois o *ADverso* foi extinto, sob a justificativa de que a ADUFRGS havia se transformado num jornal com um sindicato, quando deveria ser o contrário. Ao saber da justificativa alegada, concluí que havíamos encontrado a fórmula certa, que talvez tivesse levado o país por outros caminhos, caso os sindicatos, que haviam sido a mola mestra da sociedade civil brasileira no enfrentamento à ditadura militar, tivessem se transformado em “jornais”, isto é, portadores de discursos adversos, críticos, autônomos, independentes. Em suma, referentes, com outras instituições públicas, de uma vida intelectual organizada. Talvez fosse exigir demais dessas organizações, afinal reivindicativas na sua origem, mas o fato é que, trilhando o caminho convencional, deixaram de existir como força minimamente significativa na cena política brasileira. E o fim do *ADverso* coincidiu com o início do fim das nossas ilusões.

Saudemos, portanto, a auspiciosa decisão da diretoria da ADUFRGS que retoma o jornal! Fundados na Ciência e em busca da Ética, os professores e a Universidade precisam *falar e exercer publicamente o seu poder de crítica* neste período difícil, desértico, da nossa História! Porque o deserto, como sabemos, sempre é fértil.

Renato Steckert de Oliveira
Ex-presidente da ADUFRGS
Porto Alegre, 9/07/2022





XVIII Encontro Nacional do PROIFES

Federação reafirma o compromisso por mais financiamento e gestão pública da educação

A sobrevivência da educação pública com qualidade social precisa de financiamento público! Este foi o alerta do XVIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação, realizado de 12 a 14 de julho, em Natal/RN. O evento reuniu delegações de 13 sindicatos do Brasil filiados à entidade, entre eles a ADUFRGS-Sindical, representada por 15 professores e professoras. Participaram como delegados/as, Lúcio Vieira, Eduardo Rolim, Sônia Mara Ogiba, Luciana Boose Pinheiro, Ana Boff de Godoy, Regina Rigatto Witt, Daniela Marzola Fialho, Luciana Neves Nunes, Roger Elias, Marcelo Augusto Rauh Schmitt e Lúcio Hagemann. Entre os observadores estavam Jairo Bolter, Maria Cristina da Silva Martins, Luiz Glock e Paulo Artur Xavier de Mello Silva.

Essa edição presencial foi a primeira após dois anos de pandemia e ocorreu diante de um cenário de precarização da educação brasileira, com cortes orçamentários, a ausência de reajuste salarial e os ataques à democracia. O debate foi dividido em seis eixos temáticos.

Eixo I “A crise na sociedade brasileira, seu aprofundamento em 2022 e os reflexos das IFES”; Eixo II – “PNE: A necessidade de um debate sobre o futuro”; Eixo III – “Educação, Direitos Humanos e diversidade: o papel da Federação nessa luta”; Eixo IV – “Valorização dos/as profissionais da educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde. O papel da Federação nessa luta”; Eixo V – “A defesa da autonomia e gestão democrática nas IFES: a necessidade de aprofundar a democracia nesse espaço”; Eixo VI – “Os desafios da construção de uma Nação Soberana e a atuação da Federação nesse processo”.

Na solenidade de abertura, Wellington Duarte, presidente interino do PROIFES-Federação, comentou sobre a realidade brasileira marcada pela violência social. “Ao reunir os professores do PROIFES para debater a nossa carreira acadêmica precisamos olhar para esse cenário sombrio para compreender o papel que temos. Não há mais espaço para abstenção”, disse. Duarte também condenou a intensa ameaça de extinção dos povos indígenas e o racionalismo fascista.

Veja como foi o debate dos Eixos

No 13 de julho, o diretor de Relações Internacionais do PROIFES-Federação e diretor Tesoureiro da ADUFRGS-Sindical, Eduardo Rolim, coordenou a mesa de abertura do segundo dia de debates, que teve como tema “Panorama da Educação na América Latina. A atividade reuniu o presidente da IEAL, Hugo Yasky, a vice-presidente regional da IEAL/CNTE, Fátima Silva, o secretário geral da CONADU, Carlos de Feo, o coordenador regional da IEAL, Combertty Rodrigues, a secretária de Relações Internacionais da CONADU, Yamile Socolovsky.

De acordo com Rolim, o painel proporcionou uma visão panorâmica sobre a conjuntura política e a situação países do sistema educacional da América Latina. “Tivemos uma visão mundial em relação à privatização da educação pública e às questões relacionadas às mudanças legais que incorporaram as políticas neoliberais às legislações nacionais”, destacou.

Eixo I “A crise na sociedade brasileira, seu aprofundamento em 2022 e os reflexos das IFES”

A ADUFRGS-Sindical apresentou dois dos cinco textos apresentados no Eixo I. O professor Paulo Mors destacou no texto “Pela inserção de nossa Federação nas lutas em defesa do funcionalismo público do Executivo”, que é urgente uma campanha de valorização dos docentes e da educação pública. “Devemos nos unir a vários movimentos em defesa dos servidores públicos federais, juntando esforços pela valorização dessas categorias. Precisamos esclarecer à população sobre o papel social da universidade pública.”

Já o professor Luiz Glock, no texto “Crise em nossa Sociedade e o papel dos sindicatos junto à classe trabalhadora”, enfatizou que o PROIFES deve destacar seu papel agregador na proteção das conquistas dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). “A Federação tem que demonstrar sua força e o bem que traz para a comunidade universitária”, ressaltou.

O Eixo I teve como texto norteador “O Brasil que

não queremos e o Brasil pelo qual lutamos”, produzido por Wellington Duarte, presidente interino do PROIFES-Federação. “O grande vilão das IFES, embora um tanto esquecido, é a Emenda Constitucional 95, que travou as possibilidades de novos investimentos públicos”, ressaltou.

Eixo II – “PNE: A necessidade de um debate sobre o futuro”

O texto introdutório do Eixo II foi escrito e apresentado pela professora Sônia Mara Ogiba, diretora de Comunicação da ADUFRGS-Sindical. “Não haverá futuro para uma sociedade que seja democrática, livre e inclusiva e nem um País com justiça social e cidadania sem uma Educação pública”, afirmou. De acordo com a professora, o futuro do Plano Nacional de Educação (PNE) depende da ampliação do financiamento público em educação pública para garantir o direito à educação, o acesso e a permanência.

A temática contou ainda com a apresentação dos textos PNE perspectivas, de autoria do professor Luiz Glock, e Reflexões sobre a universidade pública na formação de professores e pesquisadores, escrito pela professora Maria Cristina Martins.

Glock argumentou que todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que oferecem Cursos de Pós-Graduação em Educação, devem ter pelo menos um núcleo de pesquisas para se dedicar a análise permanente do PNE.

No documento, a professora Maria Cristina analisa do ponto de vista político-social, que a Universidade pública é inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber, e deve ter uma prática social que acompanhe as transformações sociais, econômicas e políticas. Também considerou imprescindível a reabertura democrática do Fórum Nacional de Educação com a participação de entidades educacionais e político-sociais progressistas com respaldo do Estado.

Eixo III “Educação, Direitos Humanos e diversidade: o papel da Federação nessa luta”

O debate do Eixo I teve a apresentação de dois textos produzidos pelo professor Luiz Glock: Diversidade em populações humanas fundamento basilar da democracia; O papel da Federação nesta luta deve ser o mais glorioso!

Eixo IV – “Valorização dos/as profissionais da educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde. O papel da Federação nessa luta”

De autoria da Luciana Boose Pinheiro, o texto norteador do Eixo I destacou o papel do PROIFES-Federação, suas lutas e conquistas “derivadas de um esforço coletivo de defesa da educação pública” que apontam, ainda, para uma “posição de respeito, cuidado e reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras da educação no Brasil”. “O papel do PROIFES e dos sindicatos federados é protagonizar a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade no Brasil, bem como atuar no reconhecimento do trabalho docente como elemento fundamental nesta construção”, referiu.

Durante o debate, o professor Eduardo Rolim comentou questões previdenciárias que preocupam atualmente a categoria. “A discussão a respeito da possibilidade da privatização previdenciária – retirada da natureza pública da Funpresp – é um tema que merece muita atenção e que deve ser debatido por todos nós”, alertou.

Eixo V – “A defesa da autonomia e gestão democrática nas IFES: a necessidade de aprofundar a democracia nesse espaço”

Ao apresentar o texto introdutório do Eixo V, de sua autoria, o professor Lúcio Vieira defendeu que a compreensão da democracia e autonomia das universidades e institutos federais vai além dos limites de interesse direto e interno, como

a posse negada a reitores eleitos. “O desafio que se apresenta ao movimento sindical é o de romper os limites do debate em torno da escolha dos dirigentes como se fosse a expressão exclusiva da democracia”, explicou. “As IFES são fundamentais para qualquer projeto estratégico de desenvolvimento de uma sociedade que intenciona justiça social e liberdade”, destacou.

Eixo VI “Os desafios da construção de uma nação soberana e a atuação da Federação nesse processo”

“Precisamos estar em mobilização constante contra os ataques às instituições de ensino, que tanto produzem conhecimento para a sociedade”, sinalizou o professor Ênio Pontes, ao apresentar a carta introdutória do Eixo VI, que encerrou as discussões da 18ª edição do Encontro Nacional.

A atividade findou com destaque para a defesa da educação pública gratuita, inclusiva, laica e de qualidade para todos e todas com investimento e gestão pública. O plenário repudiou os cortes orçamentários do Ministério da Educação feitos pelo atual Governo Federal, que inviabilizam o ensino público como direito social. Foi consenso a necessidade da luta em defesa da recomposição salarial e da valorização de carreira dos profissionais do Magistério Superior Federal e do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT).

Os delegados/as também reafirmaram a retomada da democracia e a reconstrução do País. Durante as discussões, foi feito um alerta para que os professores/as elejam um governo federal e parlamentares comprometidos com a educação pública. Inclusão social, respeito à diversidade, democracia, autonomia universitária, liberdade de cátedra e a defesa dos direitos dos aposentados foram questões aclamadas pelo plenário.

Emocionado, o professor Lúcio Vieira, presidente da ADUFRGS-Sindical, avaliou a participação da delegação do RS e das demais delegações no evento nacional. “Depois de 2 anos sem promover eventos deste porte por conta da pandemia, esse ano, conseguimos realizar o Encontro Nacional do PROIFES no formato presencial nessa cidade maravilhosa, que é Natal/RN”, comentou. “Tivemos uma participação grande, permanente e plural dos delegados/as no debate de todos os eixos. O PROIFES sai mais forte do que nunca desse evento, que foi capaz de construir de forma conjunta uma proposta capaz de enfrentar a gravidade da conjuntura que estamos vivendo hoje no Brasil. Seguimos em defesa da educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade para todos/as como um direito social”, concluiu.

Diversas propostas foram apresentadas pelos docentes que acompanharam as discussões. Entre elas, o estabelecimento de questões relacionadas à luta pela manutenção da carreira e melhores condições de trabalho. Todas as propostas foram votadas pelos delegados e serão avaliadas, posteriormente, pelo Conselho Deliberativo da PROIFES-Federação.



Fotos: ADUFRGS-Sindical e PROIFES-Federação



CONAPE DA ESPERANÇA REAFIRMA A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA COM QUALIDADE SOCIAL

A delegação do RS, formada pela ADUFRGS-Sindical e mais 15 entidades, colaborou com os debates que nortearam a construção da Carta de Natal, aprovada na 2ª edição da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE 2022), realizada no Centro Convenções de Natal/RN. O documento, intitulado como CONAPE da Esperança, traz uma síntese do documento final da conferência e reafirma o compromisso coletivo em defesa da Educação pública de qualidade, laica, democrática e inclusiva para a população brasileira.

Confira como foi a atividade nacional

Foram três dias intensos de atividades, que iniciaram dia 15 de julho, com uma marcha de 5 mil pessoas em defesa da educação pública e as plenárias nos dias 16 e 17 de julho. O evento nacional foi inspirado no legado do educador Paulo Freire (1921-2021).

Participaram da Conferência o presidente do sindicato, Lúcio Vieira; a diretora de Comunicação Sônia Mara Ogiba, que representou o PROIFES-Federação na Coordenação Executiva do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) organizador da CONAPE 2022; a diretora de Secretaria, Luciana Pinheiro; o diretor de Relações Sindicais, Jairo Bolter; a vice-presidente do Conselho de Representantes, Ana Boff; o professor Roger Elias (IFSul) e as professoras Regina Witt (UFRGS) e Daniela Fialho (UFRGS).

Na plenária final “CONAPE da esperança”, nome adotado pelos participantes, foram apresentados e aprovados o relatório dos eixos: Eixo I - Décadas de lutas e conquistas sociais e políticas em xeque: o golpe, a pandemia e os retrocessos na agenda brasileira; Eixo II - PNE, Planos Decenais, SNE, Políticas Setoriais e Direito à Educação; Eixo III - Educação, Direitos Humanos e Diversidade: Justiça Social e Inclusão; Eixo IV - Valorização dos/as profissionais da Educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde; Eixo V - Gestão democrática e financiamento da educação: participação, transparência e controle social e Eixo VI - Construção de um projeto de nação soberana e de estado democrático em defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais, da educação e do PNE.

A professora Sônia Ogiba destacou a ampla participação do Rio Grande do Sul na Conferência. “O Estado trouxe mais de 40 delegados/as em representação a 15 entidades. Foi uma representação significativa, que levou sua contribuição aos seis eixos. De modo muito especial ao Eixo IV, por dizer respeito ao tema da Valorização dos trabalhadores e trabalhadoras e professores do campo da educação, abordando carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde”, mencionou.

O presidente Lúcio Vieira reafirmou que a CONAPE 2022 teve o compromisso em lutar por uma educação pública de qualidade. “Tanto na marcha como nos debates, vimos os profissionais da Educação e os representantes dos movimentos sindicais, sociais e populares manifestarem-se por financiamento público e políticas educacionais para a população brasileiro”, ressaltou.

Para a professora Luciana Boose Pinheiro, a CONAPE contribui fortemente com as políticas de educação nacionais, desde o nível básico até o nível superior e pós-graduação. “Nós encontramos na Conferência um reduto que consideramos crucial no País que é a educação como elemento que edifica e faz avançar e constrói um país soberano e é isso que nós professores e professoras desejamos para o Brasil”, refletiu.

Já o professor Jairo Bolter reforçou a importância de uma campanha permanente conjunta em defesa da educação pública, gratuita, inclusiva, laica e de qualidade social para o povo brasileiro. “Nos debates foi consenso que não existe educação de qualidade sem investimento público, reforçou.

Para o professor Roger Elias, a Conferência foi um espaço qualificado para discutir e lutar pela valorização das carreiras dos professores/as e pela redemocratização do País. “Defendemos a dignidade dos trabalhadores da educação. Começamos aqui um percurso de retomada de ganhos para a categoria”, disse.

Pela primeira vez como participante da CONAPE, a professora Regina Witt apreciou o caráter popular do evento nacional. “No ensino superior temos preconizado que precisamos fazer essa integração de diversos níveis de ensino para potencializar nossa capacidade em melhorar a educação pública em nosso país”, disse.

Eixo IV foi destaque na CONAPE 2022

Na CONAPE 2022, o Eixo IV, que contou com a contribuição da delegação gaúcha, foi aprovado por aclamação. A professora Sônia celebrou a conquista. “O texto reuniu mais de 40 parágrafos, detalhando e aprofundando o tema. Podemos dizer que o Rio Grande do Sul trouxe contribuições significativas a partir da Conferência Estadual Popular de Educação (CONEPE)”, comentou. “Foi um trabalho intenso na Coordenação Executiva do FNPE para fazer a sistematização do documento como um todo. A comissão de sistematização contabilizou mais de 3 mil revisões e 1200 emendas adicionadas ao documento de alta qualificação social. Saímos de Natal muito honrados com a aprovação deste documento por aclamação”, comemorou.

“A conferência foi um ato de soberania para retomada do estado democrático de direito”

-Lúcio Vieira



ATO PÚBLICO E MANIFESTO REFORÇAM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

No dia 30 de junho, a ADUFRGS-Sindical em conjunto com reitores e mais 20 entidades signatárias e movimentos sociais, entre elas, as universidades e institutos federais e estaduais do Rio Grande do Sul lançou um manifesto e fez um ato em defesa da educação pública. O documento denunciou os cortes orçamentários, que já somam mais de R\$ 1 bilhão no Ministério da Educação (MEC) e R\$ 3 bilhões no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), incluindo verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

A mobilização ocorreu no auditório da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED/UFRGS) e contou com as presenças: a reitora do Instituto Federal de Farroupilha (IFFar) e vice-presidente do CONIF, Nídia Heringer, a reitora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Isabela Andrade, o pró-reitor de Planejamento da UFPel e reitor eleito e não nomeado, Paulo Ferreira, o reitor do IFRS Campus Porto Alegre, Júlio Xandro Heck, a vice-reitora do IFSul, Veridiana Bosenbecker, a coordenadora de Pesquisa da UFCSPA, Renata Guedes (que representou a reitora Lucia Pellanda no ato), a secretária regional adjunta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Máira Baumgarten, a presidente da ATENS/UFRGS, Camila Zanini, o procurador geral do Ministério Público Federal, Enrico Rodrigues de Freitas, o procurador federal, Milton Guilherme Pfitcher, o professor Antônio Saldanha, representante do Conselho Estadual de Educação, o presidente da União Estadual dos Estudantes do RS (UEE), Airton Silva, o presidente da CUT/RS, Amarildo Cenci, o 1º vice-presidente do CPERS/Sindicato, Alex Santos Saratt, a deputada Federal Maria do Rosário e o vereador e vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Porto Alegre, Jonas Reis.

O sindicato foi representado pelo presidente, Lúcio Vieira, o vice-presidente, Darci Campani, o diretor de Relações Sindicais, Jairo Bolter, o diretor de Tesouraria, Eduardo Rolim, a diretora de Comunicação, Sônia Mara Ogiba, a diretora de EBT, Maria de Lourdes Gomes, a vice-presidente do CR, Ana Boff e o professor Roger Elias do IFSul Campus Sapucaia do Sul.

“O corte de recursos do MEC compromete a manutenção das universidades e institutos federais, que atualmente chegam ao seu limite de redução de gastos. Impacta na infraestrutura das instituições, na assistência estudantil, inclusão social”, declarou o presidente da ADUFRGS-Sindical. Por conta do descaso do Governo Federal com a educação pública, construímos esse manifesto em conjunto com os reitores e entidades signatárias. Inclusive, estamos na discussão nacional da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2023. Apresentamos três emendas para garantir que as universidades e institutos federais tenham recursos para o próximo ano”, destacou.

O reitor do IFRS, Júlio Heck, mencionou que o orçamento da instituição reduziu de R\$ 58 milhões em 2012,

para R\$ 56 milhões. “Vivemos a desconstrução da educação pública no Brasil. Tivemos que nos adaptar a essa realidade, atuando com um orçamento enxuto e agora não é possível cortar mais gastos, ressaltou.

Renata Guedes, que representou a reitora da UFCSPA Lucia Pellanda destacou. “Desde a emenda do teto de gastos EC 95, avisamos que seria impossível manter a expansão do sistema educacional público com qualidade. Fizemos muitos sacrifícios, mas chegamos ao limite. Com esse último corte, as IFES pedem socorro.”

Enquanto a reitora Nídia do IFFar criticou o corte de R\$ 2 milhões que afetou as ações de assistência estudantil e inclusão social na universidade. “Somente na rede federal foram R\$ 184 milhões e essa ação inviabiliza a educação pública”, denunciou.

Já para a reitora Isabela da UFPel, o empobrecimento das famílias e a redução orçamentária refletem nas ações de permanência dos estudantes na universidade. “Os cortes no orçamento impactaram de forma negativa nas bolsas e nas pesquisas em todas as áreas. Seguiremos na luta pela nossa comunidade universitária”, reforçou.

Airton Silva, presidente da UEE/RS, argumentou que “sem investimento não há educação pública. Lutamos pela recomposição do orçamento e em defesa de uma universidade pública popular e inclusiva, que cumpra o seu papel social, para a o povo brasileiro”, afirmou.

Camila Zanini da ATENS/UFRGS manifestou seu apoio à luta estudantil. “Os estudantes precisam de assistência e esses cortes inviabilizam o ensino público e a inclusão social. Nós, servidores estamos sem reajuste salarial e isso faz parte dessa política de cortes”, considerou.

Máira Baumgarten, presidente da SBPC, reforçou que a instituição é defensora da ciência e da educação. “Diante do negacionismo do governo federal, precisamos ressaltar o que fazemos de bom para a sociedade brasileira, que é a educação, a ciência e a tecnologia necessárias para superar qualquer tipo de crise”, disse.

Para o presidente interino do CPERS, Alex Saratt, o papel social da educação está em perigo caso não seja revertido o corte. “A educação está deixando de atender aqueles compromissos e aquelas necessidades que a população tem mais urgente”, declarou.

O presidente da CUT-RS, Amarildo Cenci, salientou a importância do manifesto. “Temos um desafio: as universidades são parte da mudança para derrotarmos Bolsonaro, cujo governo ataca a educação e aprofunda a miséria dos trabalhadores”, disse o sindicalista.

MELHORIAS NA SEDE

A sede da ADUFRGS-Sindical na rua Barão do Amazonas, 1581, está passando por melhorias para aperfeiçoar o atendimento aos filiados/as com um Centro de Qualidade de Vida Docente, no espaço de Convivência e Atendimento localizado no segundo andar, o salão de festas, no quarto andar, além do do térreo para atividades diversas. Desde o dia 18 de julho a equipe de colaboradores passou a desempenhar suas funções de forma integrada, em um coworking de 181,72m² com 32 estações de trabalho no terceiro andar do prédio. O andar conta ainda com três nichos para reuniões e atividades e em breve oferecerá “espaços de descompressão”.

Para a diretora de Secretaria, professora Luciana Boose Pinheiro, a intenção é de que os colaboradores “sintam-se abraçados” no novo espaço, refletindo no atendimento aos filiados e filiadas, como complemento de uma política de



qualidade que investe na melhoria contínua dos processos e serviços. “Esses processos devem ser cada vez mais transparentes, eficientes e isentos de questões que comprometam as boas ações políticas do sindicato”, complementou.

UNIDADE MÓVEL

Presentear todos os filiados e filiadas da ADUFRGS-Sindical em seus 44 anos completados no último 17 de junho foi uma das metas da diretoria 2019-2022. É difícil passar por um governo que não estabeleceu diálogo com a classe docente e, pior, sucateou as Universidades, a Ciência e a Tecnologia do Brasil. Passar pela crise sanitária, econômica e social decorrentes de mau governo, somado à pandemia de Covid-19, manter a ADUFRGS atenta, inovadora e robusta em sua luta junto à CUT e ao PROIFES-Federação e ainda agradar os filiados e filiadas com suas políticas de cuidado. Pois bem. Conseguimos. O tão difundido novo sindicalismo, pode-se dizer, é filho da crise da qual ainda não nos desvencilhamos.

Ao longo de três anos, dois e meio deles totalmente à distância, em home office, foram realizadas diversas ações: a melhoria da gestão financeira e patrimonial da ADUFRGS, como a instalação de placas solares, garantindo economia e sustentabilidade à Sede Barão do Amazonas; a conquista da certificação ISO 9001:2015, que coloca a ADUFRGS em outro patamar administrativo, liberando seus diretores e diretoras para olhares mais atentos às questões políticas e com possibilidade de participação mais ativa e protagonista em Fóruns e Frentes de Discussão sobre nossas pautas; a aquisição de uma Unidade Móvel completamente equipada e auto-suficiente, para atendimentos de todas as ordens. Desde reuniões até passeatas e movimentos de rua.

A ADUFRGS é o único sindicato que possui a certificação ISO 9001:2015 na área - a mais robusta, promissora e certamente com olhos postos no futuro foi a Unidade Móvel, idealizada e proposta pela docente Luciana Boose Pinheiro, diretora de Secretaria, com imediato apoio e projeto do professor César Vieira, diretor de Assuntos da Carreira do Magistério Superior.

Segundo César Vieira, a unidade móvel consagra o planejamento da gestão, com o objetivo de aproximar a ADUFRGS-Sindical de sua base. “Ampliamos nossa base. Contamos com duas universidades públicas e dois institutos federais. Essa base precisa ser atendida de forma eficiente e eficaz”, explicou o diretor.

Para a professora Luciana, “o mais relevante da ADUFRGS é a continuidade da luta através das sucessivas gestões, que construíram a sede Barão, adequaram-na aos interesses dos filiados, e finalmente, colocaram a ADUFRGS em movimento”.

“Nossa unidade móvel, promoverá uma agenda regular de visitas, com promoção de cuidados docentes, filiações, enfim, com diretores que estejam presencialmente junto dos docentes nos nossos 11 municípios de cobertura. Esta inovação, talvez, junto das reformas nas sedes, da ISO 9001, e sobretudo, de uma equipe de trabalho qualificada por competências e comprometida com as nossas causas, são certamente o grande legado da Gestão 2019/2022 da ADUFRGS. Viva a luta!”, complementou a diretora.

Unidade móvel equipada

O veículo Sprinter Furgão 516 Extra Longa possui sete lugares, equipamento de som para atividades, cozinha com micro-ondas e cafeteira, frigobar, armários, televisão, som ambiente, ar-condicionado, uma mesa para atendimento interno, duas mesas para atendimento externo, um toldo, palco superior.

